

REINTERPRETANDO GÊNERO, GERAÇÃO E IDENTIDADE COM TRABALHADORES (AS) DO SUAS, NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

Márcia Santana Tavares

Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

REINTERPRETANDO GÊNERO, GERAÇÃO E IDENTIDADE COM TRABALHADORES (AS) DO SUAS, NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

Resumo: Este artigo procura trazer reflexões sobre atividades pedagógicas desenvolvidas com 45 alunas (os) da disciplina Tópicos Especiais: Gênero, Geração e Construção de Identidades, ministradas no Curso de Especialização “A Política de Assistência Social sob a Perspectiva da Consolidação de Direitos”, promovido para trabalhadoras (es) do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no município de Aracaju/SE. Mais especificamente, busca analisar suas reações face à desconstrução de atributos e papéis de gênero tidos como naturais que, quando confrontados com um recorte geracional, descortinam desenhos plurais no tocante a arranjos de gênero e construções identitárias.

Palavras-chave: Gênero, geração, identidades.

REINTERPRETING GENDER, GENERATION AND IDENTITY WITHIN WORKERS OF “SUAS” IN THE CITY OF ARACAJU/SE

Abstract: This article intends to reflect on developed pedagogical activities carried out with 45 pupils that have taken the course on “Special topics: Gender, Generation and Construction of Identities, that I have lectured in the “Social Work Policies under the Perspective of the Consolidation of Rights” Specialization Program, offered for professionals working for the Social Work Unique System – SWUS, in the city of Aracaju/SE. More specifically, it searches to analyze its reactions in terms of the deconstruction of attributes and the “natural” gender roles confronted with generation cuts, therefore presenting plural drawings in regard to gender arrangements and identity constructions.

Keywords: Gender, generation, identities.

Recebido em 31.03.2010. Aprovado em 06.05.2010

1 INTRODUÇÃO

A publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) 2004 foi sucedida pela Norma Operacional Básica do (SUAS) Sistema Único de Assistência Social (NOB) 2005 e, em seguida, pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS/2006, que recomenda o investimento na capacitação dos trabalhadores, de forma a conferir produtividade e qualidade aos serviços prestados à população usuária da política de assistência social. Assim, investir em capacitação significa priorizar a qualificação dos recursos humanos e otimizar a gestão dos operadores da política, de forma a contemplar as necessidades das famílias, de seus membros e/ou indivíduos atendidos pelos equipamentos da rede socioassistencial.

A qualificação de recursos humanos, conforme a (PNAS) 2004, consiste em um dos eixos estruturantes do SUAS e, entre as diretrizes traçadas para a gestão do trabalho, consta a criação de uma política de gestão do trabalho que priorize a qualificação técnico-política desses agentes. A NOB-RH/SUAS incorpora uma Política de Capacitação voltada tanto para trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, como gestores e conselheiros, que deve ser executada de forma sistemática, contínua, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, levando-se em consideração as diversidades regionais e locais, além de embasada na concepção de educação permanente. (BRASIL, 2007).

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC), órgão gestor da política de Assistência Social, desenvolvida no município de Aracaju/Se¹, implantou, no exercício de 2008, o Plano Municipal de Formação e Capacitação Continuada para as (os) Trabalhadoras (es) do Sistema Único de Assistência Social, de maneira a garantir uma prestação de serviços de qualidade no âmbito da referida política.

Este artigo busca refletir acerca de uma das ações que integram o Plano de Capacitação da SEMASC, o curso de especialização “A Política de Assistência Social sob a Perspectiva da Consolidação de Direitos”², promovido pela Secretaria, em parceria com uma universidade da rede privada da capital sergipana. Mais especificamente, detenho-me nas atividades pedagógicas desenvolvidas com as (os) alunas (os) da disciplina Tópicos Especiais: Gênero, Geração e Construção de Identidades, que ministrei durante a realização do curso, com a intenção de analisar suas reações face à desconstrução de atributos e papéis de gênero, tidos como naturais que, quando confrontados com um recorte geracional, descortinam desenhos plurais no tocante a arranjos de gênero e construções identitárias.

O trabalho foi dividido em três etapas: Na primeira, apresento as discussões teóricas desenvolvidas pela

disciplina, de forma a realçar como gênero e idade/ geração atuam como importantes dimensões de análise da vida social, na medida em que expressam relações básicas, potencializadoras da reelaboração de subjetividades, identidades e, da projeção de trajetórias de vida dos sujeitos. No segundo momento, faço observações sobre o percurso metodológico adotado para desenvolvimento da disciplina e comento as atividades pedagógicas realizadas, procurando destacar a justaposição de valores modernos e arcaicos nas respostas e reações das (os) alunas (os) durante os exercícios e discussões. Nas considerações finais, procuro demonstrar a importância de se ampliar a discussão entre as (os) trabalhadoras (es) sociais acerca dos novos arranjos familiares e de gênero, bem como sobre a influência das relações e responsabilidades intergeracionais, além do caráter contingente e fluido que tem marcado o processo de constituição das identidades, subjetividades e sexualidades na sociedade contemporânea.

2 DESENVOLVIMENTO

No senso comum, ainda permanecem representações acerca das diferenças entre os sexos, calcadas na fisicalidade. Mas, ser fêmea não significa ser uma mulher, nem tampouco ser macho, significa ser um homem. Nascemos machos/ fêmeas e aprendemos a ser homem e a ser mulher. Enquanto o termo sexo refere-se às características fisiológicas relativas à procriação, à reprodução biológica, a expressão gênero traz um componente cultural, isto é, ser homem ou ser mulher não implica apenas na fisiologia, mas também em assimilar comportamentos, desempenhar papéis e funções tidas como masculinas e femininas.

Britto da Motta (2000) argumenta que o gênero ultrapassa as interações entre homens e mulheres ou caracterizações corpóreas enunciativas da diferença sexual, uma vez que abrange a política e a ideologia disseminadas historicamente pelos aparelhos ideológicos de Estado, como por exemplo, a família, a religião e a escola.

Podemos, portanto, definir o gênero como um produto social que é assimilado, representado, institucionalizado e repassado de uma geração para outra e, traça os parâmetros do que é ser homem e ser mulher. Dessa forma, o gênero estrutura relações de poder desiguais, assimétricas, fazendo com que a mulher permaneça com uma posição subalterna na organização da vida social (SORJ, 1992).

Neste sentido, Passos (1999) destaca sua importância como categoria analítica, na medida em que o gênero interfere nas diferentes dimensões da vida social, ou seja, na família, no trabalho, no prestígio, na idade etc. O uso do gênero como instrumento analítico do social, reforça Moraes (1998, p.99), possibilita “[...] a incorporação das

dimensões culturais às dimensões psicobiológicas das diferenças entre sexo masculino e feminino”.

Já Judith Butler (2003), chama a atenção para o caráter pré-reflexivo que conduz a escolha do gênero: para esta autora, o corpo é a realidade inicial e o gênero vem depois, como atividade originante ininterrupta, posto que é um ato diário de interpretação e reconstrução. Esse ato não é totalmente consciente, embora seja acessível à consciência, ou seja, caracteriza-se por escolhas que fazemos e que só posteriormente nos damos conta por que o fizemos.

Butler (2003) ressalta o caráter fluido, contingente do gênero e o define como uma identidade tenuemente esculpida no tempo, que se materializa num espaço externo através de uma *repetição estilizada de atos*. Para ela, a realidade de gênero é inventada através de performances sociais que se repetem. Isso quer dizer que as noções de sexo natural, masculinidade ou feminilidade são também construídas, ou seja, ao serem colocadas como verdadeiras e imutáveis, têm como finalidade esconder o caráter performativo do gênero e a possibilidade de que outras performances de gênero sejam constituídas, extrapolando as estruturas da dominação machista e a heterossexualidade compulsória. Em suma, o gênero, enquanto significado cultural assimilado pelo corpo sexuado pode reunir outros arranjos.

De fato, com base nas características biológicas, são erigidos significados culturais, conceitos e crenças que servem como indicadores do que é próprio a homens e mulheres, como cada um deve pensar, sentir e se comportar, que espaços pode ocupar, ou seja, desde cedo vai sendo construída uma identidade que o indivíduo carregará ao longo da vida e traçará o seu destino. Entretanto, cabe destacar que, assim como o gênero, essa identidade também é dotada de mobilidade, ou seja, a identidade é construída historicamente e ressignificada socialmente.

A identidade, portanto, é uma representação e, por isso, não pode ser considerada uma entidade fixa (RAMALHO, 2005). Daí porque, no que se refere à identidade sexual, os atributos e os atos de cada sexo são performativos, ou seja, o indivíduo não nasce dotado de identidade, definir uma identidade sexual como verdadeira não passa de ficção, pois no mundo globalizado os sexos já não são presumíveis, uma vez que são potenciadores de espaços de liberdade e de alternativas (BUTLER, 2003) e a sexualidade é dotada de plasticidade (GIDDENS, 1993).

Mendes (2005) lembra que o indivíduo possui uma identidade pessoal e uma identidade social. A identidade pessoal pode ser entendida como uma continuação orgânica atribuída a cada indivíduo, constituída através de marcas distintivas, tais como o nome e a aparência, resultantes de sua biografia. Já a identidade social possui duas dimensões: uma virtual e uma real. A identidade social virtual diz respeito

às exigências e características que atribuímos aos indivíduos, enquanto a identidade social real se refere aos atributos que esses indivíduos possuem e às categorias reais a que pertencem. No jogo social, o indivíduo tenta continuamente promover o ajustamento entre as duas identidades, pois só obterá dignidade e respeito se aderir à ideologia do grupo a que pertence e concordar com os jogos e políticas identitárias desse grupo. Neste sentido, afirma Mendes (2005, p. 509).

Penso, [...] que é mais correto afirmar que a preocupação permanente do indivíduo não é simular ou manipular, mas sim integrar-se, ajustar o seu comportamento às exigências morais e sociais exteriores, manter uma certa coerência na definição da situação, num jogo permanente de negociação e de procura de aceitação.

Mendes (2005), reportando-se a Michael Schwalbe, adverte-nos para não tomarmos tal perspectiva de ajuste como uma visão integradora e atenuadora dos conflitos sociais, mas tão somente como uma tentativa permanente dos indivíduos de integrar a pluralidade de pertencimentos sociais e papéis que deve desempenhar. Em outras palavras, o indivíduo só conquista dignidade e respeito se seguir a linha proposta pelos grupos a que pertence, se abraçar suas ideologias e conformar-se aos seus jogos de identidade e a suas políticas de identidade.

A categoria idade/geração, assim como as demais categorias mencionadas, expressa relações de poder, mas envolve outra dimensão, a temporal, que é tanto “natural” como social, por meio da qual elabora e reelabora seus sentidos. De acordo com Britto da Motta (2001), o tempo dos indivíduos se torna perceptível através da idade. Mas, ele é construído socialmente e institucionalizado, ou seja, ganha significado social como grupos de idade – jovens, adultos, idosos – ou como legitimidade para realizar esta ou aquela ação social. O tempo das gerações é dotado de um sentido eminentemente social e histórico.

Ainda de acordo com Britto da Motta (2001), numa perspectiva de idade/geração, ser criança, jovem, adulto ou velho é uma “situação” experienciada, ora homoganeamente ora diferentemente, de acordo com o gênero e a classe social a que pertencem os indivíduos de cada grupo etário. Sob uma perspectiva de gênero, a trajetória de vida de homens e mulheres, construída social e culturalmente, define distintas representações e atitudes relativas à condição de velho (a). Gênero e idade/geração atuam como dimensões estruturantes de análise da vida social. Exprimem relações básicas, por onde se entrelaçam subjetividades, identidades e se projetam trajetórias.

Britto da Motta (2001) observa ainda que, como geração, os indivíduos se reconhecem como projeção coletiva, assim como diversos grupos se identificam como construtores de cultura ou transformações políticas, em certos momentos históricos. No entanto, há de se observar que a família, como instituição social e espaço privilegiado de tessitura das relações entre as gerações, já não é a mesma de tempos atrás e continua sendo alvo de profundas e sucessivas mudanças.

De fato, argumenta Britto da Motta (1998), as relações entre os gêneros e as gerações têm adquirido novas configurações e seguem outros códigos, elaboram formas mais recentes de solidariedade e responsabilidade intergeracionais, assim como os limites que separam uma idade da outra se tornam imprecisos.

O que é ser criança, adolescente ou mesmo adulto, para os trabalhadores da assistência social? Em sua leitura da realidade social, como os profissionais interpretam a crescente adultização das crianças e sua inserção precoce no mercado de trabalho? Com relação à população de mais idade, de que forma percebem o fato de as mulheres idosas estarem cada vez mais assumindo a chefia familiar? Em que medida e de que forma o pertencimento a determinado gênero e geração influenciam na constituição identitária dos sujeitos e em sua trajetória de vida? Em que as categorias gênero e geração podem contribuir para ampliar a leitura da realidade social? Estas foram algumas das reflexões que a disciplina procurou suscitar.

2.1 Traçados metodológicos e impressões

O curso de especialização “A Política de Assistência Social sob a Perspectiva da Consolidação de Direitos” foi idealizado com o objetivo de capacitar os profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Aracaju/SE acerca da política de assistência social, através de um resgate dos aspectos político-econômicos e sócio-históricos que permeiam sua estruturação, a partir da Constituição Federal de 1988, com ênfase nos eixos estruturantes e subsistemas preconizados pelo SUAS: a matricialidade sociofamiliar; a descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases que regem a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento; controle social; o desafio de consolidação da participação popular/cidadão usuário; estruturação da política de recursos humanos e, finalmente, a criação e/ou manutenção de sistemas de informação, monitoramento e avaliação (BRASIL, 2005).

Buscou-se, portanto, aprimorar e sintonizar as diretrizes de atuação dos trabalhadores sociais – gestores, técnicos e pessoal administrativo – com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), da Política Nacional de Assistência Social e

das Normas Operacionais Básicas (NOBs), a fim de garantir serviços de qualidade à população usuária das ações socioassistenciais.

Para contemplar os elementos constitutivos da política de assistência social, o curso, distribuído em 375 horas aula, foi estruturado por meio da oferta de disciplinas que pretendiam suscitar discussões relativas aos seguintes aspectos: métodos e técnicas de pesquisa; os reordenamentos engendrados pelo capitalismo; reconfigurações da sociedade e das políticas sociais no Brasil; a dimensão da proteção social no SUAS e os direitos socioassistenciais; matricialidade sociofamiliar; descentralização, territorialidade e intersectorialidade entre as políticas sociais; controle social e defesa de direitos no âmbito da assistência social; financiamento; sistemas de informação, monitoramento e avaliação da referida política, além de tópicos específicos concentrados na discussão sobre gênero, geração e construção de identidades, finalizando com a elaboração de um trabalho de conclusão de curso.

A disciplina Tópicos Especiais: Gênero, Geração e Construção de Identidades, sobre a qual pretendo discutir, foi idealizada com o propósito de possibilitar aos alunos uma maior compreensão acerca da influência do gênero e da geração no processo de construção identitária dos indivíduos, acentuando sua importância como categorias analíticas da realidade social, isto é, variáveis que contribuem para a identificação e interpretação das mudanças que têm ocorrido nas configurações familiares e vivências cotidianas na sociedade contemporânea. Mais especificamente, a disciplina destaca a importância de adotarmos os recortes de Gênero e Geração como instrumentos norteadores de ações técnico-operativas na política de Assistência Social.

Deste modo, a disciplina foi estruturada a partir de dois módulos que se intersectam e complementam: No primeiro momento, apresentamos a origem do termo gênero e sua utilização como categoria de análise da realidade social, destacando seu caráter fluido e dinâmico que, por meio da intersecção entre classe social, raça/etnia e geração a que pertencem cada indivíduo, entre outras variáveis, produz noções de masculinidade/feminilidade e sugere a possibilidade de constituição de diferentes arranjos de gênero. No segundo módulo, discutimos a incerteza que acompanha a sociedade moderna e tem levado os indivíduos a enfrentarem situações de risco impensadas para gerações anteriores, cuja influência se faz notar no processo de constituição de sua identidade pessoal e social e a construção de subjetividades correspondentes. Para tanto, discutimos o conceito de idade/geração e destacamos as novas formas e códigos que regem as relações entre os gêneros e gerações na sociedade atual.

A disciplina foi desenvolvida mediante exposição dialogada; à medida que o conteúdo era apresentado, as (os) alunas (os) faziam questionamentos acerca

das colocações feitas, expressavam sua discordância ou anuência, procurando justificar sua posição a partir de exemplos extraídos de sua experiência pessoal e/ou profissional. Vale destacar que nem sempre a divergência de opiniões era aceita, as reações mostravam-se variadas; umas, marcadas por manifestações de exasperação; outras, de sarcasmo; algumas de indulgência e outras tantas de assombro, diante dos pontos de vista relatados, a depender da presença maior ou menor de valores tidos como conservadores, tradicionais.

As alunas procuravam ressaltar a existência de uma “nova mulher”, independente financeira e emocionalmente, que vai à luta no campo profissional e não se inibe em tomar a iniciativa no jogo sedutivo, mas se mostra exigente na escolha do parceiro. Algumas falavam mais abertamente sobre a liberdade sexual alcançada pela mulher, o que deixava os homens presentes constrangidos, ao mesmo tempo em que tomavam como alvo de brincadeiras um aluno solteiro, para quem queriam arranjar uma namorada e futura esposa, quando não faziam insinuações acerca da sua sexualidade, em virtude dos critérios eletivos definidos por ele para escolha de uma parceira amorosa, – “uma moça bonitinha, direitinha” com quem fizesse programas familiares e levasse cedo em casa.

Do mesmo modo, as mulheres presentes faziam uso de piadas maliciosas, explicitavam sua intolerância ou consternação diante de uma colega que, aos quarenta anos de idade, permanecia virgem e, não se inibiam em ministrar ensinamentos sobre a arte da sedução, para que se tornasse desejável e conseguisse reverter sua condição, considerada por elas uma anomalia. De fato, o comportamento das alunas espelha as mudanças relativas ao exercício da sexualidade, ocorridas nas duas últimas décadas, que têm gerado uma espécie de inversão do tabu da virgindade, isto é, uma jovem com mais de dezenove anos que preserva a virgindade causa estranhamento e suspeita de que tenha algum problema psicológico (JABLONSKI apud DIEHL, 2002). Entretanto, cabe destacar, prisioneiras do padrão instituído, desconsideram que os indivíduos não são unos, mas plurais e, suas trajetórias, expectativas, escolhas, possibilidades e limites são múltiplos e devem ser respeitados.

Observa-se que a justaposição de valores modernos e arcaicos (FIGUEIRA, 1987) faz com que as mulheres defendam comportamentos menos conservadores e osem exercer seu poder de sedução, ao mesmo tempo em que reeditam os velhos modelos, segundo os quais a virilidade do homem é comprovada pela quantidade de conquistas amorosas, enquanto a seletividade faz parte da “natureza feminina”. Para o homem, a liberdade feminina tem causado sobressaltos e, por isso, apegam-se aos antigos padrões de moralidade, ainda que travestidos de modernidade; há as moças para

casar e formar uma família e, aquelas com quem “ficam” e se divertem descompromissadamente, as “amigas”. Ivania Ayales (1996, p.21) pondera que:

Se tomarmos em conjunto as características que socialmente são atribuídas aos homens em comparação às mulheres, pode-se comprovar que cada uma tem sua contrapartida no outro polo. Homens e mulheres em nossa sociedade se complementam a partir de relações assimétricas e desiguais. Por exemplo, mantém-se a noção de que para umas pessoas serem fortes, as outras devem ser fracas, para que uns dominem, outros devem ser dominados. Desta maneira, instauram-se relações de poder com base na assimetria e na negação de uns em termos do outro.

Apesar de todas as transformações no cenário social e nas relações entre os sexos, a diferenciação social e sexual de papéis entre mulheres e homens permanece e contribui para que a noção de homem ainda esteja associada à força, desempenho e ao exercício de uma sexualidade livre e dissociada do afeto. A mulher, ao contrário, é revestida de características opostas, tais como fragilidade, delicadeza e passividade, inclusive no campo sexual, no qual o homem atua como educador, enquanto [supostamente] ela deve ser aprendiz. Afinal, desde muito cedo, o processo de educação socializatória se encarrega de modelar homens e mulheres a partir de opostos que se complementam, conseguindo imprimir uma falsa naturalização dos atributos e papéis de gênero. Deste modo, na vida adulta, tanto homens como mulheres se percebem como realmente diferentes, uma vez que pensam, sentem, agem, se comportam e desejam distintamente.

Particularmente no tocante ao exercício das sexualidades, identifica-se uma dificuldade de compreenderem que a identidade sexual dos indivíduos é elaborada em contextos sócio-históricos específicos e não se restringe ao binarismo, as relações entre os sexos, podendo ultrapassar os padrões heteronormativos. Desde modo, há quem justifique a homossexualidade masculina na desestruturação familiar, ou melhor, na ausência da figura paterna, o que gera um comportamento desviante, anormal, ou seja, tal interpretação sugere que os filhos de famílias monoparentais femininas tendem a se tornar homossexuais.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que as teorias que advogam sobre o que determina [grifo dos autores] a homossexualidade [inclusive aquelas que se baseiam no senso comum], ou qualquer outra tentativa de formular uma teoria normativa a respeito da mesma, estão, por princípio, ideologicamente orientadas na direção de uma ‘normalização’ da heterossexualidade

e, conseqüentemente, de uma patologização de comportamentos sexuais que se afastam dessa lógica hegemônica que chamamos de heteronormatividade (PRADO; MACHADO, 2008, p. 33).

Por outro lado, cabe destacar, as alunas que afirmam não ter preconceito contra as homossexualidades, adotam um comportamento inquisitorial diante de um colega solteiro e procuram induzi-lo a externar uma suposta orientação homoafetiva, isto é, a “sair do armário”. Ora, seu preconceito, apesar da tentativa de dissimulação, extrapola ao inserir o homossexual no terreno do exótico e reafirmar às avessas a heterossexualidade como eixo estruturante da relação entre os sexos, ou seja, o contraste entre a hetero e a homossexualidade serve para legitimar a supremacia da heteronormatividade nas práticas sociais (LOURO, 2001).

Como recurso didático-pedagógico, utilizei ainda a exibição do filme tunisiano *Tempo de Espera* (2000), dirigido por Moufida Tlatli, ambientado na região de Djerba, cujo enredo retrata a rigidez de costumes e tradições que imputa às mulheres uma condição de inferioridade e invisibilidade social. Os homens se deslocam para Túnis para assegurar o sustento econômico da família e por lá permanecem por onze meses, somente retornando para casa e convivendo com o grupo familiar durante um mês a cada ano. A vida dessas mulheres apenas ganha sentido com a proximidade da “temporada dos homens” (título original do filme), quando o marido volta para casa e com o nascimento de um filho do sexo masculino, o que assegurará seu retorno no ano seguinte. O enredo fílmico ilustra ainda o contraste de perspectivas e projetos de vida entre as gerações – avós, mães e filhas –, ao nuançar o embate entre o conformismo e a resistência em sua trajetória de vida.

As reações de alunas e alunos foram diferentes; enquanto elas assistiram ao filme em silêncio, apenas entrecortado por expressões de indignação diante da opressão vivenciada pelas personagens, os rapazes mostraram-se pouco concentrados, levantaram-se algumas vezes e, mesmo quando passamos a discutir algumas cenas do filme e correlacioná-las com o conteúdo trabalhado, evitaram fazer quaisquer comentários; seu silêncio emitia uma mensagem subliminar – esse é um filme que trata de assuntos de mulher, então não nos diz respeito.

Vale ressaltar, entretanto, que as alunas, apesar de sensibilizadas com a condição de vida das personagens, suas tentativas de enfrentar as normas sociais, burlar a ordem moral e o controle exercido sobre a sexualidade feminina, percebem-nas como estranhas, porque são de uma cultura diferente, com as quais têm apenas em comum o fato de serem mulheres, cuja natureza as encaminha para o casamento e maternidade.

Neste sentido, as alunas reproduzem o discurso veiculado na mídia sobre a “nova mulher”, – as mulheres brasileiras são liberadas, independentes, exercem uma vida profissional –, o que não ocorre com as personagens do filme e, não se pode ignorar, com grande parcela da população feminina que é usuária dos serviços socioassistenciais. Chamo atenção para esse aspecto, pois ao tomarem como parâmetro os valores e referenciais de cunho individualista e igualitário defendidos pelas classes médias, as alunas se arriscam a não perceber o “outro”, ou melhor, fazerem uma leitura equivocada da realidade cotidiana e desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres com as quais trabalham, cujas práticas educativas familiares são forjadas em um contexto social bastante distinto e ainda seguem um padrão tradicional, baseado na autoridade e dominação do homem sobre os demais membros da família.

Uma das alunas, por exemplo, respalda-se na essencialização do amor materno para justificar sua posição contrária em relação à perda da guarda dos filhos por uma mãe que se prostitui dentro da própria casa, é usuária e traficante de drogas, nem mesmo quando a filha mais nova é internada com uma pneumonia grave, decorrente de negligência e, o filho adolescente foge de casa em virtude de ter sido ameaçado de morte por um de seus cúmplices. Para a aluna, o amor materno é concebido como um sentimento inato, inerente à natureza feminina, o amor é, portanto, regido pelo instinto que confere à mulher forças para tolerar todo e qualquer sacrifício para garantir o bem-estar dos filhos, daí não compreender que as circunstâncias materiais ou mesmo a trajetória de vida dessa mãe podem incapacitá-la para amar e cuidar de seus filhos.

Finalmente, foi aplicado um exercício em grupo, a partir de depoimentos de mulheres e homens, extraídos de artigos científicos e reportagens de jornais; as (os) alunas (os) deveriam refletir sobre as seguintes situações: reinserção de mulheres e homens no mercado de trabalho após os sessenta anos; a liberdade de gênero alcançada pela mulher na terceira idade, quando fica viúva e/ou os filhos adultos formam sua própria família; casais que reforçam a naturalização dos papéis tradicionais designados socialmente para mulheres e homens, atribuindo à mulher maior capacidade para lidar com os afazeres domésticos; trabalhadoras rurais que são alvo de discriminação por se envolverem no movimento sindical, invadirem um espaço tido como masculino e negligenciarem os cuidados com a casa e a família; a relação conjugal de uma travesti que perdoa o companheiro por tê-la traído com uma mulher, quando ele lhe explica que o fez para provar aos amigos que não é homossexual.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que, propositadamente, foi dada liberdade aos grupos de escolherem dois depoimentos para comentar,

daí porque a maioria optou por analisar situações mais corriqueiras, isto é, os desafios enfrentados pela população idosa e os papéis desempenhados por mulheres e homens na relação conjugal, evitando abordar as diferentes formas de vivenciar a sexualidade.

As alunas (os) percebem que a população idosa vem conquistando maior espaço social, as possibilidades de acesso a direitos e exercício da cidadania têm aumentado, o que contribui para romper com o estigma de solidão, abandono e inutilidade associado ao envelhecimento. Contudo, consideram a reinserção desse segmento no mercado de trabalho apenas uma estratégia para recuperação de seu espaço como sujeitos produtivos e atuantes na sociedade e, portanto, uma conquista diante das adversidades e discriminação sofridas.

Em outras palavras, embora utilizem o Estatuto do Idoso para referendarem seus argumentos, findam por exaltar o papel exercido pelos idosos como mantenedores do grupo familiar, sem cogitarem que o seu retorno ao mercado se deve exatamente às adversidades enfrentadas para garantirem a sobrevivência diária, ou seja, os idosos deixaram de ser um peso para as famílias, que cada vez mais dependem de seu suporte econômico. Certamente estão corretos ao afirmarem que a população idosa contribui para o crescimento econômico do país, mas não se dão conta do movimento orquestrado pelo capital para se reapropriar da mão de obra idosa que, por ser mais barata, amplia a margem de lucro e acumulação capitalista.

Apenas um grupo refletiu sobre a relação entre a travesti e seu companheiro e, respaldou-se na estigmatização de que são alvo os indivíduos que não obedecem aos padrões estandardizados para justificar a infidelidade do marido. Em outras palavras, a traição do marido é atribuída à necessidade de atestar sua masculinidade, por receio de revelar sua identidade sexual e ser discriminado, embora o grupo pondere que, preocupado em satisfazer as cobranças sociais, o marido acaba por reforçar a discriminação contra as famílias homoafetivas.

Todavia, o grupo desconsidera os deslocamentos de gênero, a travesti não tem dúvidas sobre a masculinidade do marido, com quem mantém práticas sexuais ativas, que certificam seu pertencimento ao gênero feminino. Deste modo, a infidelidade é deslocada para o plano representacional e cumpre a sua finalidade, reproduz a cultura sexual brasileira, ainda alicerçada no binômio ativo/passivo, homo/hetero e afasta possíveis suspeitas sobre a identidade sexual do companheiro, ao mesmo tempo em que preserva a estabilidade da relação conjugal.

3 CONCLUSÃO

No rastro da reestruturação da economia, reforma e desparelhamento do Estado, temos assistido ao

aumento do desemprego, à precarização do trabalho e, conseqüentemente, à intensificação da pobreza e desigualdade social. A política de assistência social e, mais recentemente, a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, vêm assumindo a condição de política de proteção social dos segmentos da população em situação de vulnerabilidade, mediante ações voltadas para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade, em que ganham relevo os programas de transferência de renda e estruturação da rede socioassistencial.

No processo em curso, a família tem adquirido centralidade, mais precisamente a mulher, responsável pela reprodução social do grupo familiar que, na condição de chefe de família, oprimida pelo gênero e/ou pelo grupo étnico ao qual pertence, tem protagonizado a feminização e racialização da pobreza. Além disso, não podemos ignorar que o desemprego e empobrecimento crescentes têm ameaçado destituir a identidade social de provedor econômico do grupo doméstico dos homens das classes populares, o que tem gerado tensão nas relações familiares e conjugais, tantas vezes exacerbado por meio da violência contra a mulher.

Penso que é de fundamental importância criar espaços de discussão voltados para a complexidade que permeia a vida social e desenha diferentes configurações familiares; a forma como as relações de gênero e geração são tecidas no espaço doméstico e se estendem para a dimensão pública, ao mesmo tempo em que influenciam o processo constitutivo das identidades e subjetividades e, a construção de variadas expressões da sexualidade na sociedade contemporânea. Tais discussões podem suscitar entre as (os) trabalhadoras (es) do SUAS a realização de estudos e pesquisas que revelem o perfil dos usuários e suas reais necessidades; o impacto social dos programas e projetos sociais desenvolvidos e, os desafios a serem enfrentados. Tudo indica que a disciplina atuou como um desses espaços de discussão, ao fomentar uma reflexão sobre valores culturais que povoam o imaginário social e influenciam nossas formas de pensar, sentir, desejar e agir.

REFERÊNCIAS

AYALES, Ivannia. *Genero en desarrollo: de la vivencia a la reflexion*. In: AYALES, I. et al. **Genero, comicacion y desarrollo sostenible**: aportes conceptuales y metodologicos. Coronado, Costa Rica: IICCA; ASDI, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social. Norma operacional básica da assistência social – NOB/SUAS*. Brasília, DF, 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, DF, 2004.

_____. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Brasília, DF, 2007.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A dimensão de gênero na análise do envelhecimento. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). **Os saberes e os poderes das mulheres**: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR, 2001.

_____. “Chegando pra Idade”. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). **Velhice ou terceira idade?**: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. Gênero, família e fases do ciclo de vida. **Caderno CRH**. Salvador, n.1, 1987. Gênero e Família. Salvador, 1998, p. 13-20.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIEHL, Artur. O homem e a nova mulher – novos padrões sexuais de conjugalidade. In: WAGNER, Adriana (Coord.). **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FIGUEIRA, Sérvulo. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). **Uma nova família?**: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORAES, Maria Lígia Quartim de. “Usos e limites da categoria gênero”. **Cadernos Pagu**. Trajetórias de gênero, masculinidades. Campinas, v. 11, p. 99-105, 1998.

PASSOS, Elizete. Gênero e Identidade. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Org.). **Olhares e diversidades**: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste. Belém: GEPEM/CFCH/UFPB; REDOR – N/NE, 1999.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada d Modernidade e Pós-Modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCINI, Cistina. **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

TEMPO de espera. Direção: Moufida Tatl. Produção: Dora Bouchoucha Fourati, Margaret Ménégos, Nathalie Nghet e Mohamed Tlatli. Intérpretes: Hend Sabri; Ezzedine Gannoun; Rabia Ben Abdallah; Ghania Benali; Sabah Bouzouita. Roteiro: Nouri Bouzid, Anouar Braham e Moufida Tlatli. Música: Anouar Braham. Tunísia/França: Europa Filmes, 2000. 1 DVD (124 min), widescreen, color. Produzido por Europa Filmes.

NOTAS

1 Aracaju caracteriza-se como município de grande porte e, está habilitado na gestão plena do SUAS, “nível em que o município tem a gestão total das ações de assistência social, sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS)” (BRASIL, 2005, p. 101).

2 Na ocasião, estava lotada na Gerência de Capacitação da SEMASC, subordinada à Coordenadoria de Planejamento e Gestão do SUAS (COPLANSUAS) e, fui responsável pela elaboração do projeto do curso, além de ter atuado como coordenadora do mesmo, no período de setembro/2008 até março/2009.

Márcia Santana Tavares

Professora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia E-mail: marciatavares1@gmail.com

Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Av. Anita Garibaldi, 2981 - Rio Vermelho
CEP: 41940-450 - Salvador - BA